

2016

RELATÓRIO E CONTAS

Águas da Teja



ÁGUAS
TEJA

Handwritten signature and initials in blue ink.

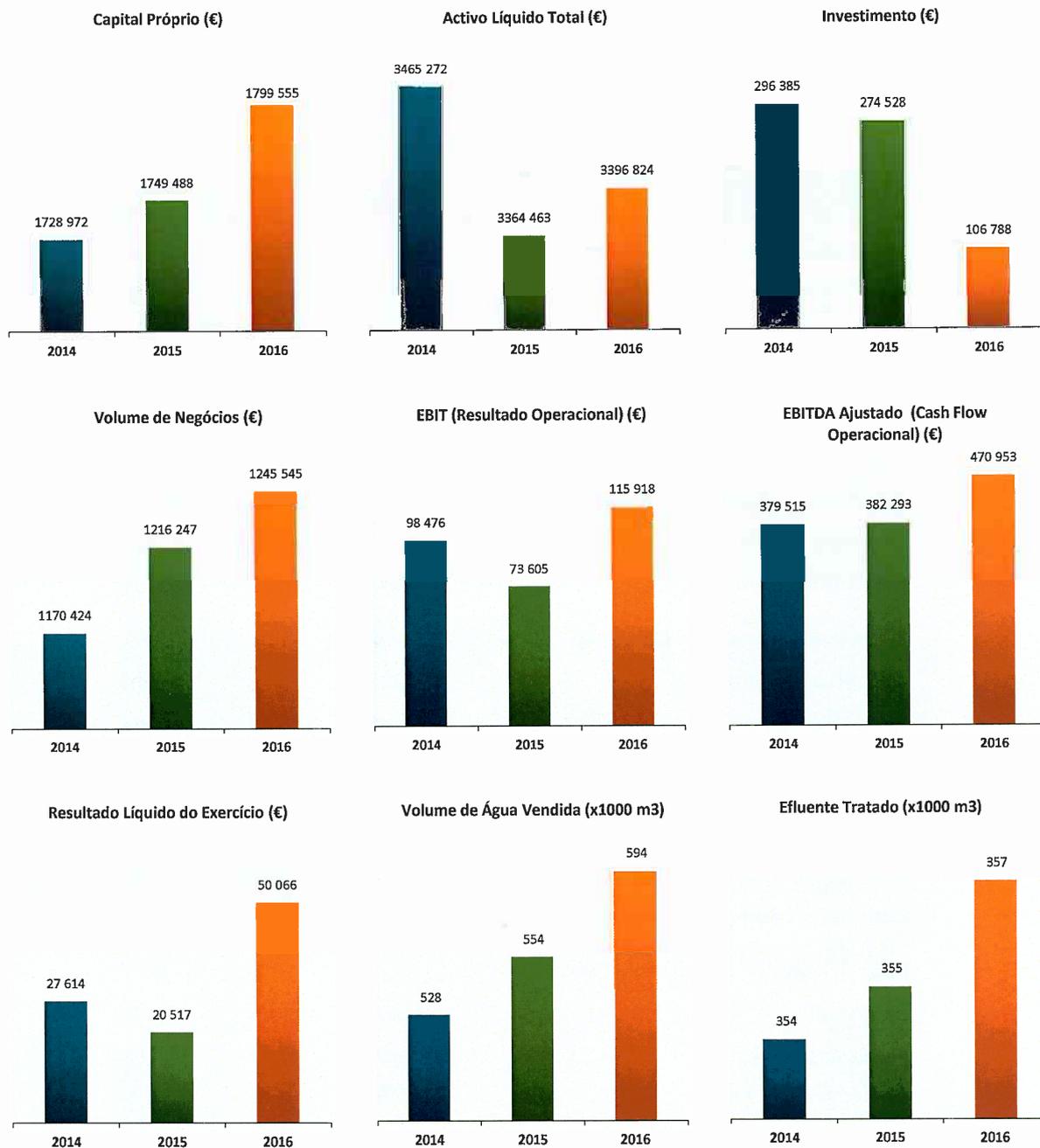
ÍNDICE

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES.....	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	6
BREVE HISTORIAL.....	6
Estrutura Acionista.....	7
Órgãos Sociais	7
MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO.....	8
Missão.....	8
Visão	8
Valores	8
Objetivos Estratégicos	8
SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2016.....	10
ENVOLVENTE EXTERIOR.....	10
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	10
ENQUADRAMENTO DO SETOR 2016.....	12
ENQUADRAMENTO LOCAL.....	12
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	16
Organograma.....	16
Competências	16
Recursos Humanos	18
Regras Societárias.....	21
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2016	21
Factos Relevantes.....	21
DESEMPENHO DA EMPRESA.....	22
Organização, Processos e Sistemas	26
ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA	27
Análise de Gastos e Rendimentos	28
Análise do Balanço.....	30
Indicadores	31
PERSPETIVA PARA O FUTURO	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
OUTRAS INFORMAÇÕES.....	35
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	36
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 E RESPETIVO ANEXO	37

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

Síntese de Dados / Indicadores	2014	2015	2016
Capital Social (€)	875 000	875 000	875 000
Capital Próprio (€)	1 728 972	1 749 488	1 799 555
Activo Líquido Total (€)	3 465 272	3 364 463	3 396 824
Investimento (€)	296 385	274 528	106 788
Volume de Negócios (€)	1 170 424	1 216 247	1 245 545
EBITDA Ajustado (<i>Cash Flow</i> Operacional) (€)	379 515	375 851	470 953
EBIT (Resultado Operacional) (€)	98 476	73 605	115 918
Resultados Antes de Impostos (€)	42 212	32 938	67 104
Resultado Líquido do Exercício (€)	27 614	20 517	50 066
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	1,6%	1,2%	2,8%
Rentabilidade do Activo (%)	0,8%	0,6%	1,5%
Autonomia Financeira (%)	49,9%	52,0%	53,0%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	11	13	14
Nº de Municípios Abastecidos	1	1	1
Área Geográfica Abrangida (Km ²)	366	366	366
População Residente na Área Abrangida	9 878	9 878	9 878
Abastecimento			
Nº de Clientes	6 193	6 249	6 250
População Servida	9 203	9 203	9 203
Volume de Água Produzida (10 ³ m ³)	650	668	699
Volume de Água Vendida (10 ³ m ³)	528	554	594
Saneamento			
Nº de Clientes	5 267	5 312	5 321
População Servida	8 233	8 233	8 233
Efluente Tratado (10 ³ m ³)	354	355	357

Yaty
[Signature]
[Initials]



Handwritten notes in blue ink, including a signature and some symbols.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

No ano de 2016 a Águas da Teja manteve a sua tendência de constante melhoria do serviço e das infraestruturas a seu cargo. As perdas de água registaram um mínimo histórico de 15,1%, em grande parte devido a campanhas de colocação de válvulas de seccionamento e à deteção e reparação ativa de fugas de água.

A nível operacional, o EBITDA (Cash-Flow Operacional) e o EBIT (Resultado Operacional) registaram uma evolução favorável de 25% e 57% respetivamente face a 2015. Este crescimento deve-se em grande parte ao aumento das vendas em 2% e à redução de custos operacionais.

A empresa gerou, no ano de 2016, um Resultado Líquido positivo de 50.066 euros, que compara com 20.517 euros face ao ano anterior.

Quanto aos Resultados Transitados, a Águas da Teja ainda está muito longe de atingir valores positivos, embora os resultados dos últimos anos tenham sido positivos, no ano de 2006 registavam-se Resultados Transitados negativos de 1.959.530 euros, sendo o seu valor a 31 de dezembro de 2016 de 657.212 euros negativos.

Para 2017 é ainda nosso objetivo a implementação da revisão ao Contrato de Concessão, que permitirá a execução de obras importantes para a manutenção e melhoria dos indicadores operacionais, bem como a adaptação do contrato ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, nos termos do Decreto-Lei nº 197/2009, de 20 de agosto e às Recomendações Tarifárias da ERSAR

A Empresa faz parte integrante da vida do Concelho, os níveis de qualidade de serviço apenas são possíveis com muito esforço da gestão do dia-a-dia, num clima de respeito e cooperação entre todas as partes interessadas. A Águas da Teja são um exemplo que independentemente da dimensão dos sistemas, o trabalho conjunto de diversas entidades privadas e públicas traz eficiência aos sistemas e resultados muito positivos para o bem das comunidades, permitindo resolver problemas complexos do passado e possibilidade de perspetivar um futuro cada vez melhor.

O Presidente do Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

BREVE HISTORIAL

A Águas da Teja foi constituída em 1997. A empresa tem por Missão a exploração em regime de concessão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso.

O Contrato de Concessão foi assinado a 17 julho de 1997, em regime de concessão exclusiva por 25 anos.

A empresa **Águas da Teja S.A.** foi constituída em 24 de Abril de 1997 com um capital de 875.000€ detido, na sua totalidade, pela **AQUAPOR**, em resultado da adjudicação do concurso público internacional para a: “Exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso”, tendo o contrato de concessão sido assinado em 17 de Julho de 1997, por um período de 25 anos.



Municípios Abrangidos

Trancoso

População Abrangida

9878 habitantes

Taxa de Atendimento

93,16% da população

Principais Infraestruturas

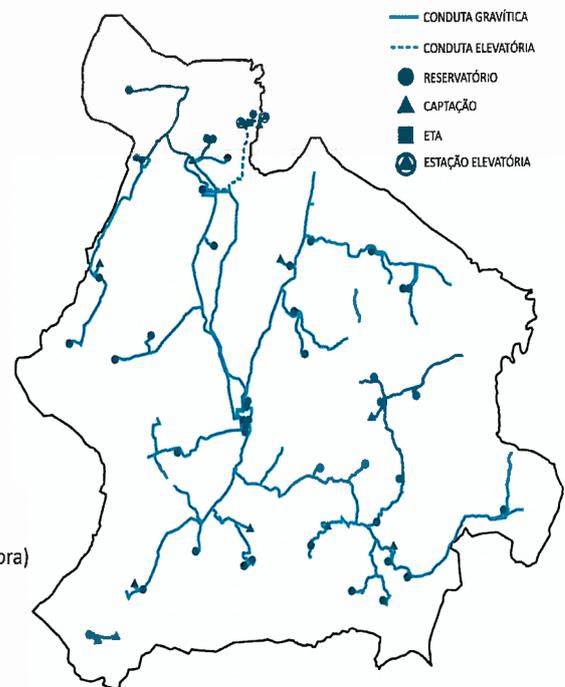
8 Captações próprias

1 Estação de Tratamento de Água (240 m³/hora)

3 Estação Elevatória

37 Reservatórios (10.129m³)

548 km de rede.



ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Teja é uma empresa com um capital de 875.000 euros detido a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS

- **Mesa da Assembleia Geral:**
Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;
Dr.^a Susana Daniela Simões da Silva Braga – Secretária.
- **Conselho de Administração:**
Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;
Dr. José António Ferreira dos Santos – Vogal;
Eng. António Gonçalves Maltez – Vogal.
- **Órgão de Fiscalização:**
Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC,S.A.
Suplente do Fiscal Único: Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro



MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

VISÃO

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

VALORES

A Águas da Teja pretende manter uma cultura própria - transversal ao grupo Aquapor - através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;
- Estabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

Fate
H
P

Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

Área Técnica:

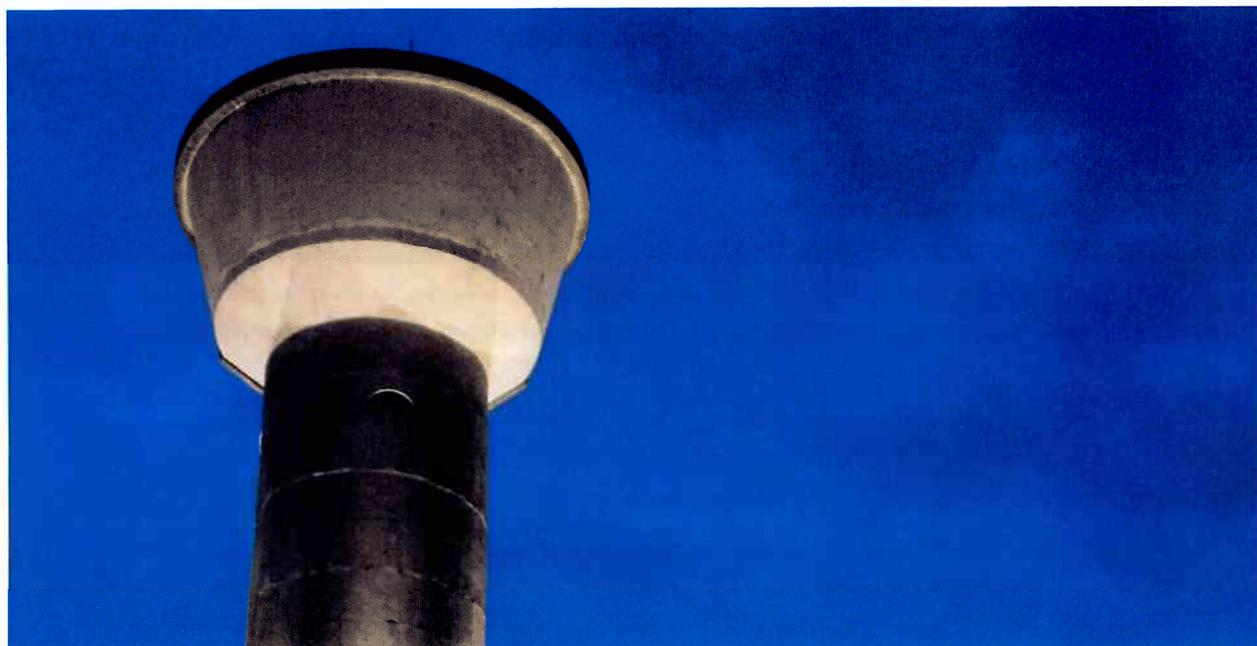
- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Reduzir as perdas de água na rede.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Otimizar os rendimentos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.



SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2016

ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

Em 2016, o PIB registou um crescimento real de 1,2% (1,5% em 2015), desacelerando a recuperação iniciada em 2013. Para esta evolução concorreu um contributo menos positivo da procura interna, particularmente do investimento e das exportações de bens e serviços.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos, tendo encerrado mesmo negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.19p.p e 0.18p.p. respetivamente.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2014	2015	2016
Euribor 1M	0,02%	-0,23%	-0,38%
Euribor 3M	0,08%	-0,13%	-0,32%
Euribor 6M	0,17%	-0,04%	-0,22%
Euribor 12M	0,33%	0,06%	0,08%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O **preço do petróleo** diminuiu face ao ano anterior, prolongando uma tendência observada nos últimos anos, situando-se o Brent abaixo dos 40Euros/Barril no final do ano de 2016.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, a redução do preço do petróleo tem um impacto positivo sobre o crescimento do PIB, através da redução dos custos de produção e de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços do consumidor reflete quer o efeito direto proveniente da redução do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante da redução do custo de produção de outros bens.

Portugal

O atual ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido relativamente moderado, tendo em conta a contração dos últimos anos.

Em 2016, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 0.6%, o que representa um aumento de 0.1p.p face aos valores de 2015.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 0.8%, (aumento de 0.3p.p. face ao ano de 2015).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

	2014	2015	2016
PIB	0,9%	1,6%	1,2%
IPC	(0,3%)	0,5%	0,6%
IHPC	(0,2%)	0,5%	0,8%
Desemprego	13,9%	12,4%	11,0%
Consumo Privado*	2,1%	2,6%	2,1%
Consumo Público*	(0,1%)	0,8%	1,0%
Exportações*	2,9%	6,1%	3,7%
Importações*	5,3%	8,2%	3,5%

Fonte: Banco de Portugal e INE
* Dados 3 Trimestre de 2015

A taxa média de **desemprego** em 2016 ascendeu a 11%, menos 1.4p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2014	2015	2016
Média Tensão	155	161	165
Baixa Tensão Especial	169	175	180
Baixa Tensão Normal	142	146	150

Fonte: ERSE; Em 2013 todos os preços apresentados correspondem a tarifas transitórias

A economia portuguesa tem mantido uma dinâmica de recuperação moderada desde 2013, e deverá continuar sustentada no dinamismo das exportações.

Neste enquadramento, as exportações de bens e serviços deverão registar um dinamismo superior ao da procura externa, tal como observado nos últimos anos. As exportações continuarão assim a ser a componente da procura global com maior contributo para o crescimento da atividade.

O maior dinamismo da economia portuguesa será sustentado por uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), baseada numa recuperação do investimento empresarial.

ENQUADRAMENTO DO SETOR 2016

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

Em 2016 destaca-se, pela sua relevância na alteração do sector empresarial relacionado, a reversão da reestruturação do sector da água, através da fusão dos sistemas multimunicipais de água e saneamento, ocorrida na anterior legislatura.

Releva-se, ainda, a tendência para a horizontalização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, procurando, no âmbito da gestão conjunta, a obtenção de economias de escala e a sustentabilidade dos sistemas.

Portugal - Atividade do Setor 2016

Em Portugal existiam em 2016, 415 entidades gestoras, das quais 269 com atividade de abastecimento público de água, em “alta” e “baixa”, excluindo-se cerca de 43 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores), 266 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 281 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2016), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

Em relação ao ano anterior, regista-se uma diminuição no número de entidades, decorrente do processo de reestruturação do setor, através da fusão de concessões multimunicipais.

No panorama dos serviços de abastecimento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter a única concessão municipal atribuída no setor.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade também é o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Em relação ao ano anterior, à semelhança do abastecimento em “alta”, assinala-se uma diminuição no número de entidades, decorrente do processo de reestruturação do setor, através da fusão de concessões multimunicipais.

Nos serviços de saneamento de água em alta, o Grupo Aquapor destaca-se por deter uma das duas concessões municipais atribuída no setor.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	5	5	12
Concessões Municipais	1	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
TOTAL	11	9	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2016

Na vertente da "baixa", existem em Portugal, 301 entidades no abastecimento de água, repartidas por 8 modelos de gestão e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 5 modelos de gestão.

Nos serviços de abastecimento de água em "baixa", os serviços municipais são o modelo de gestão com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes.

Ao nível do saneamento de águas residuais em "baixa", os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 municípios, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	1
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	17
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	43	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	18	7
Serviços Municipais	183	191	231
TOTAL	301	257	258

Fonte: ERSAR, RASARP, 2016

Handwritten signature and initials in blue ink.

Em relação à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2016), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade em áreas mediantemente urbanas, considerada apenas satisfatória.

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa (para 99% das entidades)		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa (para 95% das entidades)	
Área predominantemente urbana	100%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	80%
Área predominantemente rural	92%	Área predominantemente rural	70%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2016

Quanto às **perdas de água**, a média continental de água não faturada era de 29,8% (RASARP 2016).

ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Teja é Concessionária por um período de 25 anos, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Trancoso que abrange uma área geográfica de 366 Km².

É uma Concessão Municipal, operando em toda a cadeia de valor, ou seja, na distribuição de água e no saneamento de águas residuais, em “alta” e em “baixa”.

Residem na área abrangida cerca de 9.878 habitantes, com grande dispersão geográfica, razão pela qual temos ainda várias origens de água. O sistema principal a partir do qual abastecemos já cerca de 93,16% dos consumidores é composto por uma Albufeira na Ribeira da Teja, Estação de Tratamento de Água, Estação Elevatória, Adutora e Reservatórios.

Independentemente, do grau de pluviosidade, nos últimos anos o nível da água na albufeira mantém-se na sua cota máxima, permitindo assim regularidade na quantidade e qualidade de água a abastecer mesmo nos períodos mais quentes e secos.

A implantação comercial e industrial é baixa, tem um peso de 6,1% no número de contratos de fornecimento de água e 9,8% no volume de água vendida, deste modo, os clientes são maioritariamente do tipo doméstico.

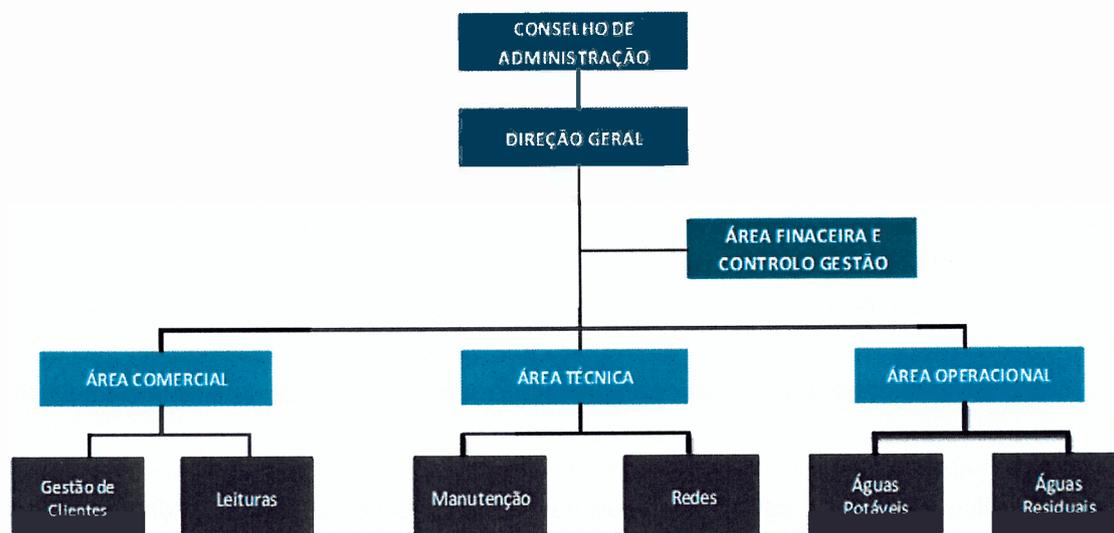
Verificam-se grandes flutuações populacionais ao longo do ano, de tal forma que os consumos médios no tipo doméstico verificados são muito baixos, cerca de 4,3 m³ por mês.

Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da concessão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso, está regulada por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão do sistema de abastecimento de água do concelho de Trancoso estabelecido com a Câmara Municipal de Trancoso em 17 de julho de 1997, com a duração de 25 anos.
 - O Tarifário do Sistema de Abastecimento de Água é revisto com uma periodicidade anual e contempla no seu cálculo a evolução dos índices de mão-de-obra, índices oficiais de preço de consumidores, excluindo habitação para o distrito da Guarda, índices de energia referentes, respetivamente, ao mês em que se efetuou a sua revisão e ao mês da proposta. O tarifário entra em vigor após a aprovação do mesmo pela Câmara Municipal de Trancoso;
 - O Regulamento do Serviço de Distribuição de Água do Concelho de Trancoso estabelece e define as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial de água na área de intervenção da Águas da Teja. Este regulamento pretende dar resposta ao estabelecido no contrato de concessão em termos de definição das relações contratuais entre a empresa e os utentes.
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR; entidade reguladora da atividade do abastecimento público de água às populações. Anualmente a Concessionária é alvo de auditoria por parte do Regulador. Com uma periodicidade anual a Águas da Teja enquanto entidade Gestora tem como responsabilidade, submeter à aprovação desta entidade o plano de controlo da qualidade da água para o ano seguinte para aprovação e procedem ao preenchimento da base de dados “Avaliação de Desempenho Entidades Gestoras”.
- Administração da Região Hidrográfica do Centro e Norte no âmbito do licenciamento de descargas dos sistemas de Tratamento de Águas Residuais e licenciamento e concessões das captações de água para abastecimento.

ORGANOGRAMA



COMPETÊNCIAS

ADMINISTRAÇÃO:

- Representar a empresa;
- Definir a estratégia, objetivos, linhas de atuação e políticas da Concessionária;
- Aprovar o Plano de Atividades, Plano de Investimentos e Orçamento e Relatório de Contas da Concessionária;
- Supervisionar a atividade da Concessionária.

DIREÇÃO GERAL (ADMINISTRADOR EXECUTIVO):

- Dirigir a concessão em conformidade com as diretrizes emanadas da Administração;
- Supervisionar e estabelecer as linhas de atuação da Área Financeira e Controlo de Gestão e Direções Comercial, Técnica e Operacional;
- Representar a Concessionária perante o Município de Trancoso;
- Elaborar o orçamento anual da empresa;
- Verificar o cumprimento do Programa anual de gestão da empresa;
- Informar sobre a gestão da empresa;
- A Direção Geral é assumida pelo Administrador Executivo;

Yato
A
P

ÁREA FINANCEIRA E CONTROLO DE GESTÃO:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direção-Geral, as linhas de atuação, Controlo de Gestão, Análise de custos e Recursos Humanos.
- Reporte dados, Relatórios e informação para a administração;
- Relatórios para a Concedente;
- Gerir as entradas e saídas das peças existentes no armazém;
- Controlar a documentação do parque automóvel.
- Organizar os mapas de formação profissional em função das necessidades;
- Organizar as folhas de ponto e demais documentos justificativos de faltas ou trabalho extra de cada funcionário;

ÁREA COMERCIAL:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direção-Geral, as linhas de atuação dos Departamentos de Gestão de Clientes, Económico-financeiro; secretariado e Pessoal e Aprovisionamento;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos dos Serviços Administrativos;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objetivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal dos Serviços Administrativos;
- Atender a linha telefónica;
- Rececionar a correspondência e proceder à sua entrega a cada destinatário;
- Dar resposta à correspondência de acordo com as orientações emanadas do destinatário;
- Efetuar e manter atualizado o arquivo de documentos;
- Efetuar os pedidos de compra de materiais;
- Atender os pedidos e sugestões dos Clientes;
- Estudar, analisar e elaborar as respostas às reclamações dos clientes;
- Realizar contratos de fornecimento de água;
- Controlar as leituras e consumos dos clientes e proceder à emissão das respetivas faturas, de acordo com o tarifário em vigor;
- Gerir o controlo de cobranças e proceder à emissão de cartas-aviso de dívida;
- Receber os pagamentos dos clientes efetuados em dinheiro, cheque ou vale postal. Controlar os recebimentos por Agentes de Cobrança, Multibanco, Payshop e Transferência bancária.

ÁREA TÉCNICA:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direção-Geral, as linhas de atuação dos Departamentos de Controlo de Qualidade, Produção e Tratamento e Exploração e Manutenção;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos dos Serviços Técnicos;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objetivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal dos Serviços Técnicos.
- Gerir todas as estações elevatórias, reservatórios, condutas adutoras e distribuidoras;

- Atender os avisos de ruturas e localizá-las, determinando as operações necessárias para a sua reparação;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas corretivas.

ÁREA OPERACIONAL:

ÁGUAS POTÁVEIS:

- Controlar a qualidade da água para consumo humano, garantindo a fiabilidade e qualidade do sistema;
- Manter relações com a ERSAR, Organismos Sanitários e Laboratório;
- Dirigir e controlar os processos de tratamento da água;
- Dar cumprimento à legislação de controlo de qualidade em vigor para o sector;
- Gerir todas as captações e estações de tratamento de água potável;
- Supervisionar o correto funcionamento dos equipamentos;
- Efetuar as ações de preparação e doseamento de reagentes para tratamento da água;
- Apoiar as ações de manutenção programada e de reparação de avarias;
- Realizar a limpeza de reservatórios e adutoras;
- Executar os ramais domiciliários. Colocar, substituir e retirar contadores de água;

ÁGUAS RESIDUAIS:

- Dirigir e controlar os processos de tratamento da água;
- Dar cumprimento à legislação de controlo de qualidade em vigor para o sector;
- Gerir todas as infraestruturas afetas aos sistemas de tratamento de água residual;
- Supervisionar o correto funcionamento dos equipamentos;
- Apoiar as ações de manutenção programada e de reparação de avarias.



Handwritten signature and initials

RECURSOS HUMANOS

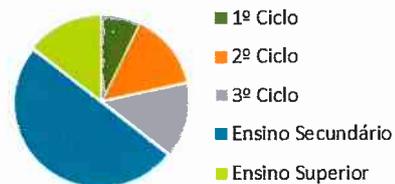
Em 31 de Dezembro de 2016 a empresa tinha 14 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Tipo Contrato	2014	2015	2016
Contrato sem Termo	9	10	10
Contrato Termo Certo	2	3	4
Total	11	13	14



A distribuição dos colaboradores por níveis de habilitações era, no final de 2016, a seguinte:

Nível Habilitações	Homens	Mulheres	Total
1º Ciclo	1	0	1
2º Ciclo	2	0	2
3º Ciclo	2	0	2
Ensino Secundário	6	1	7
Ensino Superior	0	2	2
Total	11	3	14



A distribuição dos Recursos Humanos existentes por qualificação profissional foi a seguinte:

Nível Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes	1	0	1
Quadros Intermédios	1	0	1
Profissionais Qualificados	9	3	12
Total	11	3	14



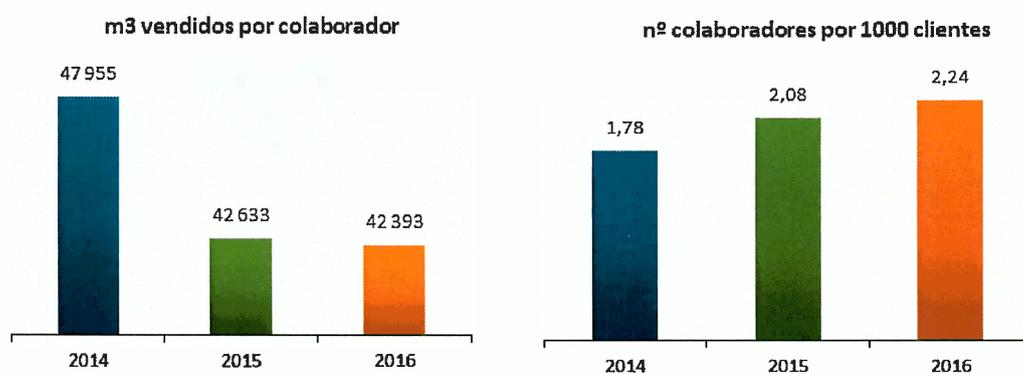
Quanto ao nível de antiguidade verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0 a 5 anos	5	1	6
10 a 15 anos	1	0	1
> 15 anos	5	2	7
Total	11	3	14

O nível etário médio era de 40 anos, verificando-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
18 a 24 anos	2	1	3
25 a 29 anos	0	0	0
30 a 34 anos	0	0	0
35 a 39 anos	2	1	3
40 a 44 anos	3	1	4
45 a 49 anos	1	0	1
50 a 54 anos	3	0	3
Total	11	3	14

Em termos de eficiência dos recursos verifica-se de 2015 para 2016, uma evolução negativa ao nível dos m3 vendidos por nº de colaborador e o rácio nº de colaboradores por cada 1000 clientes a crescer.



Handwritten initials and marks in blue ink, including a signature and a checkmark.

REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, pelo menos, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Presidente do CA.

As regras definidas pela AQUAPOR, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2016

FACTOS RELEVANTES

Durante o ano de 2016 a Águas da Teja deu continuidade ao desenvolvimento dos estudos de engenharia com vista à melhoria dos sistemas de tratamento das águas residuais para a identificação de intervenções prioritárias e urgentes de forma a permitir à Concedente lançar as obras necessárias à modernização em algumas das instalações que apresentam problemas crónicos.

Durante o exercício de 2016 realizaram-se as seguintes obras:

- Foram colocadas 2 válvulas redutoras de pressão na rede de abastecimento de água;
- Foram lavados e desinfetados 37 reservatórios;
- Foram vedados 4 reservatórios e 3 fossas Sépticas;
- Foram pintados 12 reservatórios e 8 fossas sépticas;
- Foram isolados 4 reservatórios para melhorar a qualidade da água e evitar perdas;
- Foram feitas benfeitorias nas infraestruturas de água e saneamento para a segurança;
- Foram isolados 4 reservatórios para melhorar a qualidade da água e evitar perdas;
- Foram substituídos 148 contadores que nos permite ter uma maior fiabilidade na contagem dos consumos;
- Foram alterados 300 ml de conduta adutora de água;
- Foram substituídos 220 ml de coletor de Saneamento.

Handwritten signature and initials in blue ink.

DESEMPENHO DA EMPRESA

Exploração do Sistema

A Estação de Tratamento de Água manteve um nível de produção de água estável quer em termos de quantidade quer em qualidade de água produzida, contribuindo para que não se tenham verificado descontinuidades no fornecimento às populações abastecidas por este sistema.

Procedemos a limpeza das condutas adutoras com a técnica dos Polly Pigs: ETA - R1; R1 - Trancoso; Trancoso - Vila Franca das Naves; Trancoso – Fiães e Fiães - Freches.

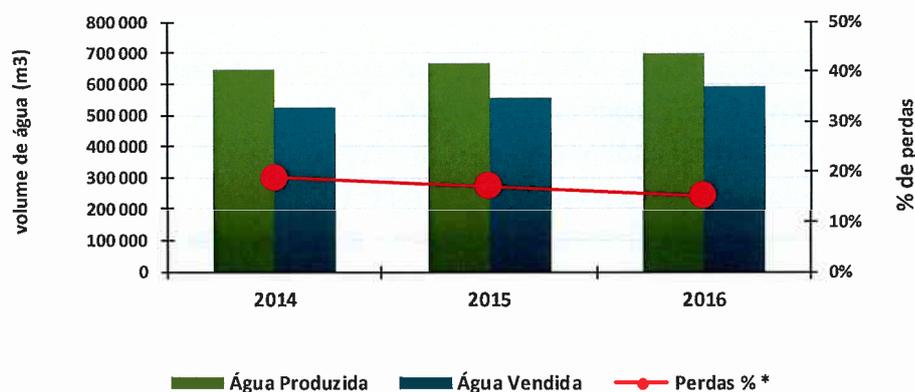
Foi dada continuidade à campanha para redução das perdas técnicas e comerciais.

As perdas baixam 1.9% para 15.1% devido a intensa procura ativa de roturas na rede.

Volume de Água (m3)	2014	2015	2016	Varição 2015/16
Água Produzida	650 073	667 898	699 245	4,7%
Água Vendida	527 508	554 232	593 502	7,1%
Perdas % *	18,9%	17,0%	15,1%	(11,1%)

* inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

Evolução das Perdas



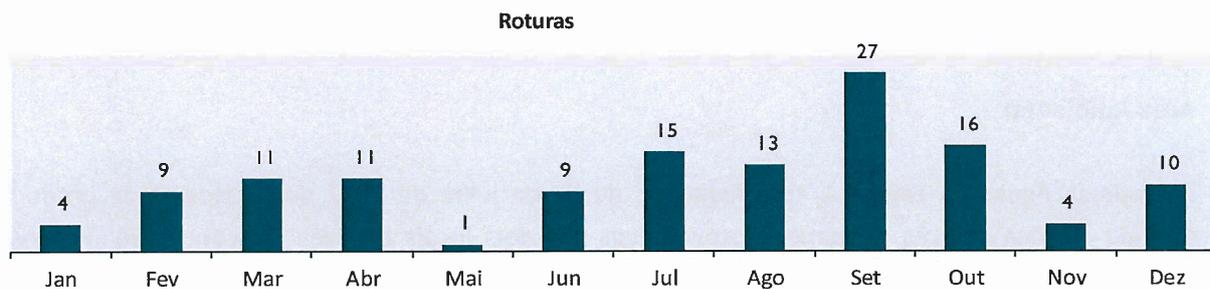
Handwritten signature and initials in blue ink.

Manutenção do Sistema

Todas as atividades de manutenção dos sistemas foram asseguradas.

Em 2016 o n.º de roturas foi de 130, o que representa um aumento de 16 % face a 2015.

Roturas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Total	4	9	11	11	1	9	15	13	27	16	4	10	130



Sistema de Controlo de Qualidade

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água (decreto-lei n.º 306/2007).

Foram efetuadas 40 análises R1, 12 R2 e 8 I a que correspondem 525 determinações nos diversos parâmetros.

Para controlo da qualidade de água da Albufeira da Teja foram realizadas análises nos meses de junho a dezembro, duas na captação, uma à entrada e outra à saída da ETA.

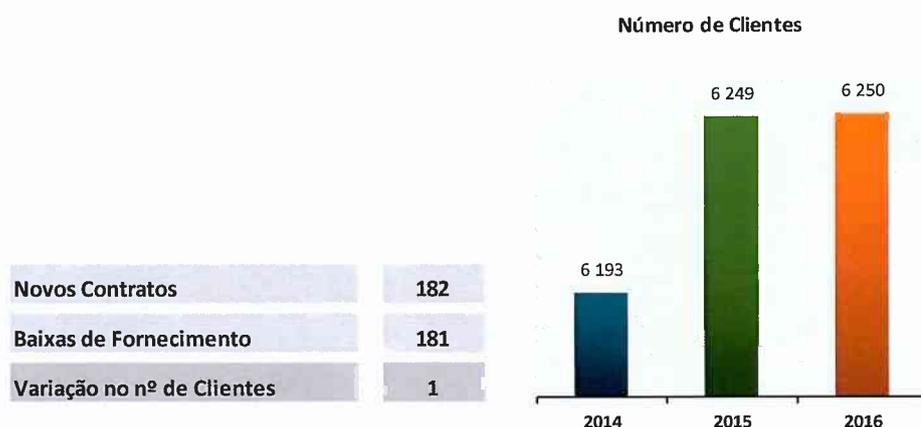
Área Ambiental

A empresa Águas da Teja, S.A, tem instalado desde de julho de 2011 dois sistemas de produção de energia elétrica através de painéis fotovoltaicos em dois locais da área de concessão, Reservatório R24 em Trancoso e ETAR de Vila Franca das Naves.

Através dos sistemas instalados, a ADTEJA contribui para a redução da emissão de gases com efeito de estufa, evitando assim a produção de mais de 12T CO2 por ano.

Área Comercial

Durante o ano de 2016 aumentou o número de clientes em 1, tal como podemos observar no quadro seguinte:



A Empresa aumentou o número de clientes de saneamento em 9 contratos.

No final do ano de 2016, a empresa tinha um total de 6.250 contratos de abastecimento, contra 5.321 de saneamento.

A Águas da Teja vai continuar a desenvolver ações de fiscalização no sentido de detetar utilizações das redes sem contratos, principalmente os utilizadores das redes de saneamento e que não possuem contrato de abastecimento.

Durante o exercício de 2016 foram executados 12 ramais de água e 7 de saneamento.

Adicionalmente foi dada continuidade à recuperação da dívida.

Campanha de Substituição de Contadores Antigos

A campanha visa a substituição de contadores que apresentavam uma idade de instalação superior a 8 anos.

Foram substituídos 148 contadores que permitem ter uma maior fiabilidade na contagem dos consumos. Em 2017, a Águas da Teja vai dar continuidade à substituição de contadores.

Em termos de faturação, a empresa registou um comportamento em que, as vendas de água aumentaram 2.9%, e a tarifa de disponibilidade registou um aumento de 0.9%.

(em euros)

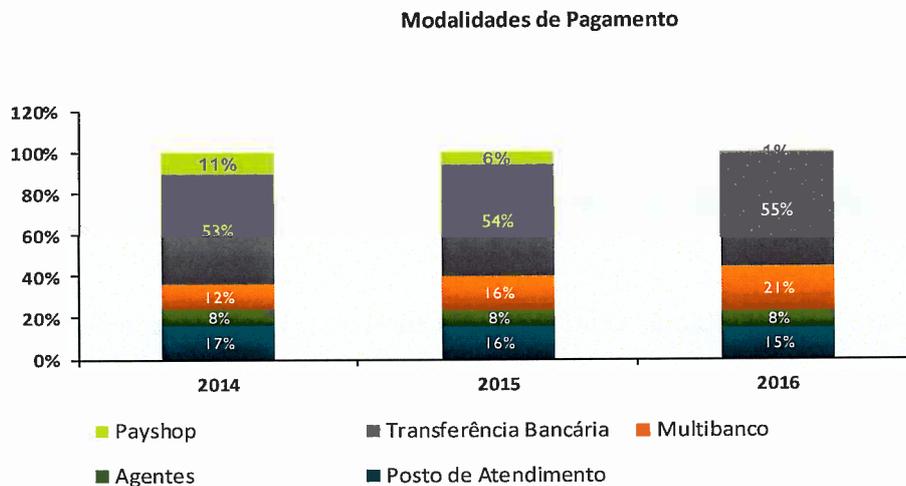
Vendas e Prestações de Serviços	2014	2015	2016	Varição 2015/16
Venda de Água	513 928	540 474	556 144	3%
Tarifa de Disponibilidade	415 426	421 658	425 532	1%
Outras Vendas	300	752	347	-54%
Total Vendas + Aluguer	929 655	962 885	982 023	2%
Taxa de Saneamento	152 672	155 152	156 269	1%
Ramais Domiciliários (Água)	33 256	49 121	21 564	-56%
Ramais Domiciliários (Saneamento)	14 014	15 994	17 614	10%
Obras	9 367	6 467	28 502	341%
Outros Serviços	31 460	26 628	39 573	49%
Total das Prestações de Serviços	240 770	253 363	263 522	4%
Total de Volume de Negócios	1 170 424	1 216 247	1 245 545	2%

Os clientes Domésticos têm um peso de 87,5% no conjunto total de contratos existentes, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 6,1%.

O consumo médio anual da Águas da Teja situou-se em 95 m³. E de realçar que o consumo médio anual da Águas da Teja nos clientes domésticos situou-se em 51 m³.

Formas de Pagamento:

Em termos de formas de pagamento verificou-se o seguinte:



A cobrança no posto de atendimento diminuiu para 15% dos pagamentos totais. A cobrança dos agentes mantém-se com um peso de 8%. O *payshop* baixou para 1%. Nas restantes modalidades de pagamento verificamos um aumento para 21% dos pagamentos por multibanco e para 55% dos efetuados por transferência bancária.

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa consolidou o modelo estabelecido, atendendo à especificidade da Concessão, em que 6.250 contratos estão distribuídos por uma área territorial de cerca de 366 km², servidos por:

Infra-Estruturas	Nº
Estação de Tratamento de Água	1
Captações de Água	8
Reservatórios	37
Estações Elevatórias de Abastecimento	3
Estações Elevatórias de Saneamento	6
Estações de Tratamento de Águas Residuais	2
Estações de Tratamento de Águas Residuais Compactas	6
Fossas Sépticas	23

Relações com o Concedente

A relação com a Câmara Municipal de Trancoso tem sido positiva e diária.

Relações com outros interessados no desempenho da Sociedade

Nas relações com a comunidade a Aguas da Teja privilegiou o contacto com Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Delegado de Saúde, Agentes de Cobrança.



Nota Introdutória

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela empresa Águas da Teja, S.A., no exercício de 2016, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa gerou, no ano de 2016, um Resultado Líquido positivo de 50 milhares de euros, o que representa um aumento de 30 milhares de euros face ao ano anterior.

Demonstração dos Resultados	2014	2015	2016	(em euros)
				Var.
				%
Vendas	929 655	962 885	982 023	2%
Prestações de Serviços	240 770	253 362	263 522	4%
Volume de Negócios	1 170 424	1 216 247	1 245 545	2%
CMVMC	3 870	22 712	10 164	-55%
Fornecimentos e Serviços Externos	537 087	522 363	505 663	-3%
Gastos com o Pessoal	261 960	279 835	298 530	7%
Outros Resultados Operacionais	10 721	714	44 694	6160%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	378 228	392 051	475 882	21%
Amortizações	279 752	318 446	359 964	13%
Resultado operacional (RO)	98 476	73 605	115 918	57%
Resultados Financeiros	(56 264)	(40 667)	(48 814)	-20%
Resultados Antes de Impostos	42 213	32 938	67 104	104%
Imposto Sobre o Rendimento	14 598	12 421	17 038	37%
Resultado Líquido do Exercício	27 614	20 517	50 066	144%

No ano de 2016, o volume de negócios da empresa ascendeu a 1.245 milhares de euros, o que representa um incremento de 2%.

Este aumento foi consequência do volume de água vendida num total de 39.270 m³ face a 2015.

Yats
f
D

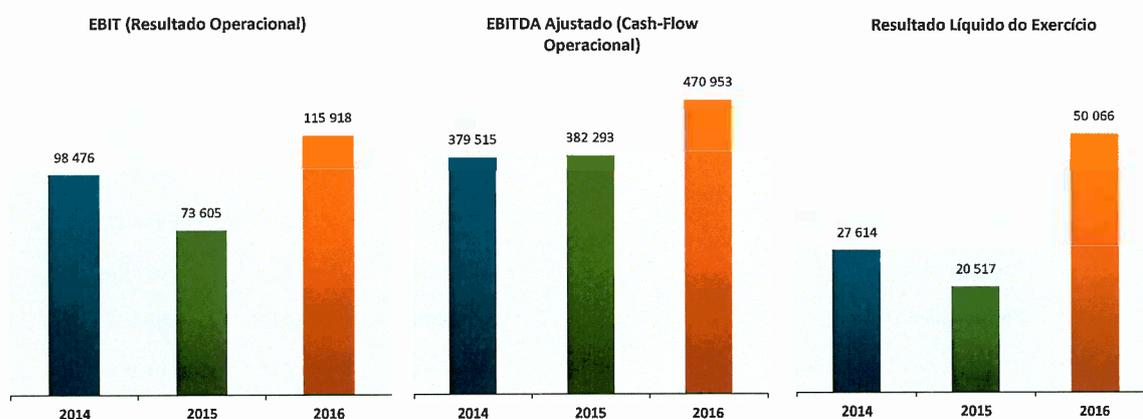
	2014	2015	2016	Var. %
EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)	379 515	382 293	470 953	23%
Margem EBITDA Ajustado	32,43%	31,43%	37,81%	6,4 p.p.
EBIT (Resultado Operacional)	98 476	73 605	115 918	57%
Margem EBIT	8,41%	6,05%	9,31%	3,3 p.p.

EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj / Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

As margens de EBITDA Ajustado e de EBIT cresceram 6,4p.p e 3,3 p.p. respetivamente face aos valores de 2015.



A nível operacional, o EBITDA Ajustado aumentou 23% face ao ano passado, tendo o resultado operacional um acréscimo de 42 milhares de euros, resultante de outros resultados operacionais.

As amortizações do exercício aumentaram 42 milhares de euros como consequência do maior volume de caudal faturado.

Os resultados financeiros tiveram um agravamento de 20% como consequência de comissões iniciais para nova linha de financiamento de médio e longo prazo.

ANÁLISE DO BALANÇO

(em euros)

Balanço	2014	2015	2016	Var.
				%
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	2 726 972	2 679 749	2 422 071	-10%
Outros Ativos não Correntes	0	42	202	382%
Total dos Ativos não Correntes	2 726 972	2 679 791	2 422 273	-10%
Contas a Receber	464 368	440 938	436 127	-1%
Outros	273 932	243 734	538 424	121%
Total dos Ativos Correntes	738 300	684 672	974 551	42%
Total do Ativo	3 465 272	3 364 463	3 396 824	1,0%
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	1 728 972	1 749 488	1 799 555	3%
Provisões	66 805	60 363	53 746	-11%
Financiamentos Obtidos	750 000	550 000	541 667	-2%
Total dos Passivos não Correntes	816 805	610 363	595 412	-2%
Contas a Pagar	659 496	804 612	668 524	-17%
Financiamentos Obtidos	260 000	200 000	333 333	67%
Total dos Passivos Correntes	919 496	1 004 612	1 001 858	-0,3%
Total do Passivo	1 736 301	1 614 975	1 597 270	-1%
Total do Capital Próprio e do Passivo	3 465 272	3 364 463	3 396 824	1%

O total do Ativo atingiu 3.39 milhões de euros no final de 2016, o que representa um aumento de 1% face ao ano anterior.

O decréscimo de 10% dos **Ativos não Correntes**, é justificado pelas amortizações do exercício. O aumento de 42% dos **Ativos Correntes** prende-se essencialmente com o aumento de disponibilidades bem como da rubrica de clientes.

O **Capital Próprio** aumentou pela incorporação do resultado líquido do exercício.

O total do **Passivo** apresenta no final de 2016 o valor de 1.6 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 1% face a 2015.

O **Passivo não corrente** diminui 2% como consequência da amortização de financiamentos de médio e longo prazo. O **Passivo corrente** aumenta 0,3%, como resultado de uma conjugação de fatores: (i) os financiamentos obtidos aumentam 130 milhares de euros; (ii) a rubrica de fornecedores diminui 111 milhares de euros .

Handwritten notes:
fats
A
D

INDICADORES

Os indicadores de Rentabilidade aumentam face ao ano anterior, em consequência do aumento do Resultado Líquido.

Os indicadores de Autonomia Financeira e Solvabilidade apresentam um aumento face a 2015, em resultado do aumento do Ativo ser menor que o aumento do resultado líquido e diminuição do Passivo.

Indicadores	2014	2015	2016	Var.
				(%)
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	1,6%	1,2%	2,8%	137%
Rentabilidade do Ativo (%)	0,8%	0,6%	1,5%	142%
Autonomia Financeira (%)	49,9%	52,0%	53,0%	2%
Solvabilidade (%)	99,6%	108,3%	112,7%	4%

Investimentos

Os investimentos totalizaram um montante de 106.788 euros que corresponde a uma redução de 61% face a 2015.

Investimentos	2014	2015	2016	Varição 15/16
Obras (em curso)	224.843	209.600	69.823	(66,7%)
Direitos de Concessão	27.592	30.994	14.844	(52,1%)
Contadores	22.551	25.072	15.970	(36,3%)
Diversos (Incluindo Equip. Administrativo)	21.398	8.863	6.151	(30,6%)
Total	296.384	274.528	106.788	(61%)

PERSPETIVA PARA O FUTURO

Para o ano de 2017 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

a) Fornecer água em quantidade e com qualidade a toda a área da concessão

Para atingirmos este objetivo foram definidas com a Câmara Municipal, um conjunto de obras a realizar até ao próximo verão:

- Concluir a conduta adutora até á Aldeia de Aldeia Nova, que nos permitirá abastecer a aldeia que tem falta de água no Verão, pelo sistema da ETA e eliminar uma nascente e um Furo isolado;
- Colocação de contadores na localidade de Golfar, com perspetiva de 74 novos contratos de abastecimento.
- Executar a conduta adutora para aldeia de Falachos, que nos permitira a colocação de contadores na localidade, coma perspetiva de 43 novos contratos de abastecimento.

b) Melhorar rendimentos e a qualidade no abastecimento de água

- Dar continuidade à campanha de substituição de contadores mais antigos;
- Intensificar a procura de fugas de água, quer por roturas, quer por consumos fraudulentos;
- Dar continuidade a limpeza das condutas adutoras;
- Isolar reservatórios;
- Dar continuidade a limpeza e pintura dos reservatórios;
- Colocação de válvulas redutoras de pressão na rede de abastecimento.

c) Proporcionar boa imagem da empresa em toda a área da concessão

Para atingirmos este objetivo foram definidas um conjunto de obras a realizar até ao próximo Verão:

- Pintura, vedação e arranjos exteriores de reservatórios;
- Pintura das caixas de visita e ventosas das condutas adutoras;

SANEAMENTO

- #### a)
- No seguimento do desenvolvimento dos estudos de melhoria dos sistemas de tratamento das águas residuais, a empresa irá colaborar com a Câmara na identificação de intervenções prioritárias e urgentes por forma a permitir à Concedente lançar as obras necessárias à modernização em algumas instalações que apresentam problemas crónicos.

Yaty
R

- b) Limpeza de quatro fossas sépticas que recebem águas residuais de pequenas aldeias e que começam a ficar saturadas.
- c) Limpeza de coletor de saneamento que começam a ficar saturados com camião de limpeza.
- d) Pintura, vedação e arranjos exteriores de fossas sépticas, que recebem águas residuais de pequenas aldeias.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2016, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Trancoso;
- O Acionista AQUAPOR - Serviços, SA, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- Os Colaboradores de Águas de Teja, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.



faty

P

OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2016;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2016;
- A sociedade não tem sucursais.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2016, no montante de 50.066 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Um montante de 2.503 euros, correspondentes a 5% do resultado, para reforço da Reserva Legal;
- A importância sobranete, no valor de 47.563 euros para Resultados Transitados.

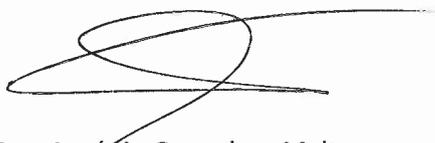
O Conselho de Administração



Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira



Dr. José António Ferreira dos Santos



Eng. António Gonçalves Maltez

Trancoso, 16 de março de 2017

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 E RESPECTIVO ANEXO

Águas da Teja, S.A.
BALANÇO
31 de Dezembro de 2016

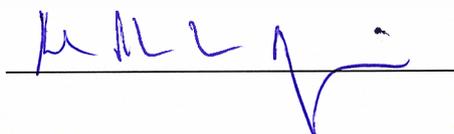
	Notas	31/12/2016	Quantias em Euros 31/12/2015
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	70 238	83 083
Ativos Intangíveis	7	2 351 833	2 596 666
Outros Investimentos Financeiros		202	42
		2 422 273	2 679 791
Ativo Corrente			
Inventários	9	31 010	30 523
Clientes	13.1	216 917	173 214
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	13 798	43 786
Outros Créditos a Receber	13.2	205 412	223 938
Diferimentos	15.2	976	971
Caixa e Depósitos Bancários	4	506 438	212 240
		974 551	684 672
Total do Ativo		3 396 824	3 364 463
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.4	875 000	875 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13.5	1 523 473	1 523 473
Reservas Legais	15.3	8 227	7 201
Resultados Transitados	15.3	(657 212)	(676 703)
Resultados Líquidos do Período	15.3	50 066	20 517
Total do Capital Próprio		1 799 555	1 749 488
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	53 746	60 363
Financiamentos Obtidos	13.7	708 333	550 000
		762 079	610 363
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	112 257	224 233
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	24 864	22 038
Financiamentos Obtidos	13.7	166 667	200 000
Outras Dívidas a Pagar	13.3	531 403	558 341
		835 191	1 004 612
Total do Passivo		1 597 270	1 614 974
Total do Capital Próprio e Passivo		3 396 824	3 364 463

Conselho de Administração





Contabilista Certificado



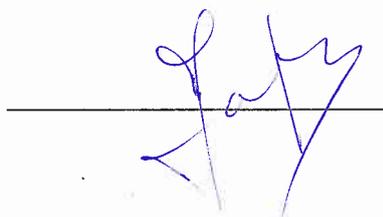


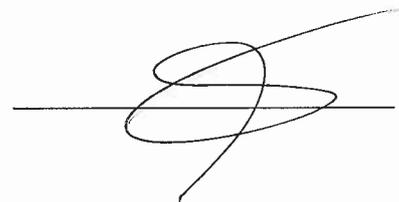
Águas da Teja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
 Período findo em 31 de Dezembro de 2016

Quantias em Euros

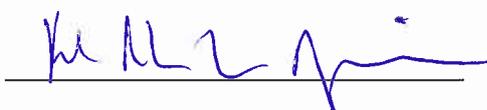
	Notas	31/12/2016	31/12/2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	1 245 545	1 216 247
Trabalhos para a Própria Entidade	15.10	9 750	13 260
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(10 164)	(22 712)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(505 663)	(522 363)
Gastos com o Pessoal	14	(298 530)	(279 835)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(646)	9 757
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	5 576	-
Outros Rendimentos	15.5	49 131	53 177
Outros Gastos	15.6	(19 116)	(75 481)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		475 882	392 051
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(359 964)	(318 446)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		115 918	73 605
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	5 564	5 469
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(54 378)	(46 136)
Resultado antes de Impostos		67 104	32 938
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(17 038)	(12 421)
Resultado Líquido do Período		50 066	20 517

Conselho de Administração





Contabilista Certificado





Águas da Teja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 Período findo em 31 de Dezembro de 2016

Descrição	Quantias em Euros					
	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
1	875.000	1.523.473	5.820	(702.936)	27.614	1.728.972
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Constituição da Reserva Legal	-	-	1.381	(1.381)	-	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	27.614	(27.614)	-
2			1.381	26.235	(27.614)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
3						
3						
5=3+4						
6						
6=1+2+3	875.000	1.523.473	7.201	(676.702)	20.517	1.749.488
6	875.000	1.523.473	7.201	(676.702)	20.517	1.749.488
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Constituição da Reserva Legal	-	-	1.026	(1.026)	-	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	-	20.517	(20.517)	-
7			1.026	19.491	(20.517)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
8						
8						
10=8+9						
11						
9=6+7+8	875.000	1.523.473	8.227	(657.212)	50.066	1.799.555

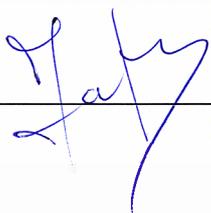
Conselho de Administração

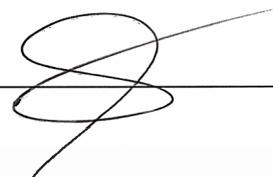
Contabilista Certificado

Águas da Teja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de Dezembro de 2016

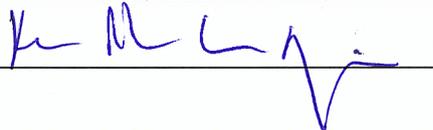
	Quantias em Euros	
	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes	1 387 121	1 494 330
Pagamentos a Fornecedores	(782 192)	(516 836)
Pagamentos ao Pessoal	(266 987)	(241 131)
Caixa gerada pelas operações	337 942	736 364
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(12 393)	(63 203)
Outros recebimentos / pagamentos	(87 609)	(81 275)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)	237 939	591 885
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(6 578)	(15 520)
Ativos Intangíveis	(18 585)	(288 210)
Outros Ativos	-	(4 605)
	(25 163)	(308 335)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	-
Juros e rendimentos similares	184	84
	184	84
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	(24 979)	(308 251)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1 000 000	-
	1 000 000	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(875 000)	(200 000)
Juros e gastos similares	(43 762)	(46 422)
	(918 762)	(246 422)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	81 238	(246 422)
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	294 198	37 212
Caixa e seus equivalentes no início do período	212 240	175 026
Caixa e seus equivalentes no fim do período	506 438	212 240

Conselho de Administração





Contabilista Certificado



Águas da Teja, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016



ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Entidade

A Águas da Teja, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 24 de abril de 1997, e tem como objeto social a exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Trancoso, em regime de exclusividade.

A empresa tem a sua sede na Av. das Comunidades Europeias – Zona Industrial – Trancoso, Portugal.

A Águas da Teja é detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

Atividade Concessionada

Em 17 de julho de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Câmara Municipal de Trancoso e a Águas da Teja, S.A., pelo prazo de 25 anos e mediante uma renda total de 1.384.164 Euros.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia da celebração do contrato e após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Teja, S.A..

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor fixo de 55.367 Euros em cada ano (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Por força do mesmo contrato, a sociedade Águas da Teja, S.A. ficou obrigada a transferir para a Câmara Municipal de Trancoso a importância de 1.496.394 euros para a concretização de determinados investimentos designados no caderno de encargos por ETARs e Redes de Esgotos.

Em 3 dezembro de 2008 foi estabelecida, entre a Águas da Teja, S.A. e a Câmara Municipal de Trancoso, uma Adenda ao Contrato de Concessão, por via da qual a renda devida pela utilização das instalações deixou de ser devida. Com efeitos desta adenda, a sociedade Águas da Teja, S.A. passou também a assumir a responsabilidade pela realização de alguns investimentos que estavam previstos serem realizados pela concedente, no valor de 823.100 Euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2016 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2016	2015
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

- Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:
- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

X
f
J
P

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2016	2015
Direito de Concessão	15,83%	13,20%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	15,83%	13,20%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um Ativo Intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Direitos de Concessão Relacionados com a Atividade Concessionada

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e

financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

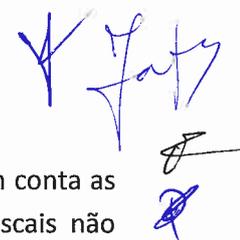
(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21% sobre o Lucro Tributável (no Município de Trancoso a Derrama é de 0%). Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.



O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;

- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os Ativos Financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito. A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(e.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.2) Outros Créditos a Receber

Os outros créditos a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

(h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(i.1) Provisões para Investimentos de Substituição

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(j) Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

(j.1) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subseqüentemente, são mensuradas ao custo.

(j.2) Outras Dívidas a Pagar

As outras dívidas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores;
- Pessoal;

e encontram-se valorizadas ao custo.

(l) Efeito das Alterações das Taxas de Câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subseqüentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

(m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fíavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e

- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(m.2) Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito. Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(o) Juros e Gastos Similares Suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo.

(p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(q) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.1 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.2 Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das Contas a Receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2016	2015
Caixa	50	55
Depósitos à Ordem	506 388	212 184
	506 438	212 240

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Águas do Lena</i>	Distribuição de Água	Município da Batalha
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A Jaty
R

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Teja, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Teja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Teja recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamentos, honorários de administrativos.
Águas do Lena	-	Aquisição de equipamento
Luságua Serviços Ambientais	Refaturação de obras de construção civil.	Análises de Laboratório e Trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
Aquapor Serviços	2016	-	139 378	-	18 886	-
	2015	-	145 842	-	138 717	-
Luságua Ambiente	2016	-	15 191	-	2 751	-
	2015	-	10 339	-	7 030	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2016	2015
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	78.067	77.338
Total de remunerações	78.067	77.338

7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Direitos de Concessão	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:				
1 de Janeiro de 2015	4 024 213	90 072	462 524	4 576 809
Aquisições	56 066	-	209 600	265 665
Transferências	208 156	-	(208 156)	-
Abates	(8 055)	-	-	(8 055)
31 de Dezembro de 2015	4 280 380	90 072	463 967	4 834 419
Aquisições	30 814	-	69 823	100 637
Transferências	60 165	-	(60 165)	-
Abates	(9 540)	-	-	(9 540)
31 de Dezembro de 2016	4 361 819	90 072	473 625	4 925 516

	Direitos de Concessão	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:				
1 de Janeiro de 2015	1 883 175	60 833	-	1 944 008
Amortizações	294 569	3 860	-	298 429
Abates	(4 683)	-	-	(4 683)
31 de Dezembro de 2015	2 173 061	64 693	-	2 237 753
Amortizações	336 950	4 018	-	340 968
Abates	(5 037)	-	-	(5 037)
31 de Dezembro de 2016	2 504 973	68 710	-	2 573 683
Valor líquido contabilístico:				
A 31 de Dezembro de 2016	1 856 846	21 362	473 625	2 351 833
A 31 de Dezembro de 2015	2 107 319	25 379	463 967	2 596 666
A 1 de Janeiro de 2015	2 141 038	29 239	462 524	2 632 801

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Câmara Municipal de Trancoso'.

8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Imob. em curso	Total Ativos Tangíveis
Custo:							
1 de Janeiro de 2015	72 014	47 018	46 825	57 261	82 310	5 231	310 660
Aumentos	-	-	-	4 356	4 507	-	8 863
Transferências	5 231	-	-	-	-	(5 231)	-
31 de Dezembro de 2015	77 245	47 018	46 825	61 617	86 817	-	319 523
Aumentos	-	1 840	-	3 851	460	-	6 151
Transferências	-	-	-	-	(2 615)	-	(2 615)
31 de Dezembro de 2016	77 245	48 858	46 825	65 468	84 662	-	323 059
Amortizações e Imparidade:							
1 de Janeiro de 2015	25 618	39 867	46 825	38 229	65 949	-	216 488
Amortizações	7 785	1 525	-	4 601	6 106	-	20 017
Abates	-	-	-	-	(66)	-	(66)
31 de Dezembro de 2015	33 403	41 392	46 825	42 830	71 990	-	236 439
Amortizações	8 134	1 550	-	5 073	4 238	-	18 996
Abates	-	(179)	-	-	(2 436)	-	(2 615)
31 de Dezembro de 2016	41 537	42 763	46 825	47 903	73 793	-	252 821
Valor líquido contabilístico:							
A 31 de Dezembro de 2016	35 708	6 095	-	17 565	10 869	-	70 238
A 31 de Dezembro de 2015	43 842	5 626	-	18 787	14 827	-	83 083
A 1 de Janeiro de 2015	46 396	7 151	-	19 032	16 361	5 231	94 171

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2016	2015
Contratos de aluguer de viaturas	45.678	79.319
	45.678	79.319

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2016	2015
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	26.320	33.548
Mais de um ano e não mais de cinco anos	19.357	45.771
Total dos Pagamentos	45.678	79.319

9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2016	2015
Matérias primas, Subs. e de Consumo	31.010	30.523
	31.010	30.523

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2015	37 936
Compras	15 299
Existências em 31 de Dezembro de 2015	(30 523)
	22 712
Existências em 1 de Janeiro de 2016	30 523
Compras	10 652
Existências em 31 de Dezembro de 2016	(31 010)
	10 164



10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2016	2015
Vendas		
Mercadorias	347	752
Água	556 144	540 474
Quota Serviços Água	425 532	421 658
	982 023	962 885
Prestações de Serviços		
Conservação Contadores/Ramais Água	13 528	33 335
Abertura Ramais Água	8 036	15 786
Obras	28 502	6 467
Venda de Saneamento	156 269	155 152
Outros	57 187	42 623
	263 522	253 363
	1 245 545	1 216 247

A rubrica 'Outros' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água e Ramais de Saneamento, Instalação de Contadores, Reparações Domiciliárias, Conservação de Contadores / Ramais de Saneamento e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimentos de Substituição
A 1 de Janeiro de 2015	66 805
Custo financeiro	(6 442)
A 31 de Dezembro de 2015	60 363
A 1 de Janeiro de 2016	60 363
Reversões do ano	(5 576)
Custo financeiro	(1 041)
A 31 de Dezembro de 2016	53 746

12. Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2016	2015
Imposto Corrente		
IRC do ano	17 038	12 421
Imposto Diferido		
Originados e objeto de reversão por diferenças temporárias	-	(15 631)
Outros movimentos	-	15 631
	17 038	12 421

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes de impostos	67 104	32 938		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	14 092	6 917	21,00%	21,00%
Proveitos não tributáveis				
Menos Valias Fiscais	4 944	4 110		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	5 576	-		
Benefícios fiscais	50	850		
	10 569	4 959	(8,81%)	(8,66%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	-	98		
Menos Valias Contabilísticas	4 502	3 486		
Provisões para além limites legais	4 018	3 860		
	8 519	7 444	(8,17%)	(10,25%)
Lucro tributável	65 054	35 423		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	13 661	7 439	20,36%	22,58%
Tributação autónoma	3 376	4 983	5,03%	15,13%
Imposto sobre o rendimento	17 038	12 421	25,39%	37,71%

13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

	Instrumentos Financeiros Ativos	2016	2015
Corrente			
Clientes			
Valor Bruto		239 792	195 443
Imparidade		(22 876)	(22 229)
		216 917	173 214
Acionistas			
Outros créditos a receber		205 412	223 938
		422 329	397 152

Instrumentos Financeiros Passivos		2016	2015
Não corrente			
Financiamentos obtidos		708 333	550 000
		708 333	550 000
Corrente			
Fornecedores			
Nacionais		90 621	78 486
Outras partes relacionadas		21 636	145 747
		112 257	224 233
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar		166 667	200 000
		531 403	558 341
		810 327	982 574
Instrumentos de Capital			
Capital Subscrito		875 000	875 000
Outros instrumentos de capital		1 523 473	1 523 473
		2 398 473	2 398 473

13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2016	239 792	154 561	2 795	1 397	(479)	1 982	79 536
Ano 2015	195 443	104 858	4 418	1 512	(8 919)	17 666	75 908

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2016				
Clientes	22 229	823	(177)	22 876
	22 229	823	(177)	22 876
Exercício de 2015				
Clientes	31 986	97	(9 854)	22 229
	31 986	97	(9 854)	22 229

13.2 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Outros créditos a receber - correntes		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	49 631	57 212
Saneamento	10 845	13 348
Outros	144 959	151 723
Devedores diversos	(23)	1 656
	205 412	223 938

O saldo da rubrica 'Outros' é na sua totalidade referente a obras em curso ainda não faturadas ao Município de Trancoso. As mesmas, por acordo das partes, apenas são debitadas após a sua conclusão.

13.3 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Outras dívidas a pagar - correntes		
Fornecedores de investimento	62 705	86 573
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	36 550	33 542
Seguros	294	-
Juros a Liquidar	2 432	6 467
Fornecimentos e serviços por faturar	3 307	4 887
Diversos	11 331	7 080
Outros credores		
Diversos	410 494	415 625
Adiantamentos ao pessoal	4 290	4 167
	531 403	558 341

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Diversos' inclui Taxas Municipais de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) a entregar ao Município de Trancoso, conforme respetivo contrato de Concessão.

13.4 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2016	2015
Capital social nominal emitido	875.000	875.000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	875.000	875.000
	875.000	875.000

O capital social emitido é composto por 175.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

13.5 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Outros Instrumentos de Capital Próprio respeitam a prestações suplementares, como se segue:

	2016	2015
Outros instrumentos de capital próprio		
Prestações Suplementares	1.523.473	1.523.473
	1.523.473	1.523.473

V. J. J. J.
F
S

13.6 Compromissos Financeiros não Incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2016:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
97/189/44740	BPI	415.249		Câmara Municipal de Trancoso	Gestão da concessão
98/189/50467	BPI	2.500	Cartões Galp frota	Petrogal	Cartões Galp frota

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento Mútuo com a Caixa Geral de Depósitos uma Garantia de 500.000 euros em que as entidades garantes são a Lisgarante, Norgarante e Garval.

Decorrente do contrato de concessão com a Câmara Municipal de Trancoso, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, os quais se mantiveram inalterados no corrente exercício, ascendendo os mesmos a cerca de 159.299 Euros.

13.7 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2016	2015
Não correntes		
Empréstimos bancários		
Banco Popular	708 333	550 000
	708 333	550 000
Correntes		
Empréstimos bancários		
Banco Popular	166 667	200 000
	166 667	200 000

13.8 Riscos Relativos a Instrumentos Financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - Risco de taxa de juro
 - Risco de taxa de câmbio
 - Outros riscos de preço

- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratados empréstimos bancários. A Empresa utiliza apenas um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

[Handwritten signature]

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2016	2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	63 187	62 653
Remunerações do Pessoal	170 149	153 197
Indemnizações - mutuo acordo	-	213
Encargos sobre Remunerações	50 311	46 559
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2 784	2 052
Gastos de ação social	7 403	7 929
Outros gastos com o Pessoal	4 696	7 231
	298 530	279 835

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2016 foi de 14 (2015: 13 pessoas).

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

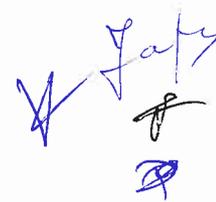
A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Saldo a Receber		
Retenções Imposto sobre Rendimento	61	28
IVA	13 737	43 758
	13 798	43 786
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	17 038	12 421
Retenções Imposto sobre Rendimento	2 512	2 781
IVA		
Contribuição para a Segurança Social	3 970	3 580
Tributos das Autarquias Locais		
Outras Tributações	1 344	3 255
	24 864	22 038

15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Rendas	976	971
	976	971



15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	5 820	(702 936)	27 614	(669 502)
Constituição da Reserva legal	1 381	(1 381)	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	-	27 614	(27 614)	-
Resultado do ano	-	-	20 517	20 517
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	7 201	(676 703)	20 517	(648 985)
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	7 201	(676 703)	20 517	(648 985)
Constituição da Reserva legal	1 026	(1 026)	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	-	20 517	(20 517)	-
Resultado do ano	-	-	50 066	50 066
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	8 227	(657 212)	50 066	(598 919)

15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Subcontratos	54 104	70 711
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	154 418	142 354
Publicidade e propaganda	30	439
Vigilância e segurança	2 610	2 862
Honorários	6 883	4 808
Comissões	615	653
Conservação e reparação	66 040	58 283
Materiais		
Ferramentas e utensílios	4 088	6 610
Livros e documentação técnica	101	-
Material de escritório	1 421	978
Energia e Fluidos		
Eletricidade	72 769	77 865
Combustíveis	20 091	21 657
Outros Fluidos	19 170	26 029
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	2 335	2 913
Transportes de Mercadorias	259	159
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	49 826	50 948
Comunicação	26 432	31 291
Seguros	9 495	9 606
Contencioso e notariado	1 059	1 184
Despesas de representação	2 667	4 019
Limpeza, higiene e conforto	1 009	762
Outros	10 241	8 234
	505 663	522 363

15.5 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Rendimentos Suplementares		
Outros	5 239	1 979
Ganhos em Inventários	6 119	7 173
Imputação de Subsídios para Investimentos	5 248	4 983
Restituição de impostos	-	1 130
Outros não especificados	32 525	37 912
	49 131	53 177

15.6 Outros Gastos

A rubrica Outros Gastos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Impostos	9 632	12 717
Perdas em Inventários	1 804	2 061
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates	4 502	3 486
Outros		
Outros Não Especificados	1 991	57 217
	19 116	75 481

15.7 Gastos de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	18 996	20 017
Ativos Intangíveis	340 968	298 429
	359 964	318 446

15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	245	20
Atraso de pagamento de clientes	5 319	5 449
	5 564	5 469

18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2016, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2016, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2017, nos prazos legais.

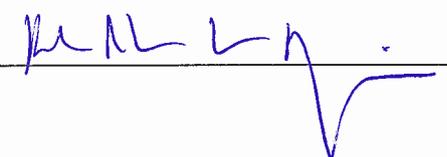


Conselho de Administração





Contabilista Certificado



15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	38 198	40 874
Mora	-	5
Serviços Bancários	14 564	3 636
Comissões Garantias	1 616	1 616
Não especificados	-	5
	54 378	46 136

15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	9 750	13 260
	9 750	13 260

16. Aspetos Ambientais

Em 2016 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2016 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos Após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 16 de março de 2017. Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração. Desde 31 de dezembro de 2016 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A., (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 3.396.824 euros e um total de capital próprio de 1.799.555 euros, incluindo um resultado líquido de 50.066 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A, em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

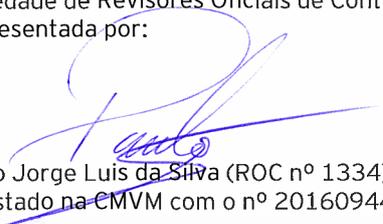
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luis da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas e dos colaboradores da Empresa;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

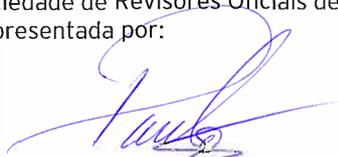
Procedemos à ação de fiscalização da Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2016 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2016 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2016, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 17 de março de 2017

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



Paulo Jorge Lujs da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944